

Relatório Trimestral de Atividades

2º Trimestre de 2013

Relatório Trimestral de Atividades

2º Trimestre de 2013

Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

© TCEES, 2013

E77p Espírito Santo. Tribunal de Contas do Estado.

Relatório Trimestral de Atividades: 2013 / Tribunal de Contas do Estado.

Vitória/ES: TCEES, 2013.

33p.

1. Tribunal de Contas-Espírito Santo (E) - Relatório Trimestral de Atividades: 2013.
I. Título.

(341.38509815206)

Catálogo pela Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Rua José Alexandre Buaiz, 157, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP 29950-913
Telefone (27) 3334-7600
www.tce.es.gov.br

CORPO DELIBERATIVO

Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo
Presidente

Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto
Vice-Presidente

Conselheiro Domingos Augusto Taufner
Corregedor

Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun
Ouvidor

Conselheiro José Antonio Almeida Pimentel

CORPO ESPECIAL

Auditora Márcia Jaccoud Freitas

Auditor João Luiz Cotta Lovatti

Auditor Marco Antônio da Silva

Auditor Eduardo Perez

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Procurador Luís Henrique Anastácio da Silva
Procurador Geral

Procurador Luciano Vieira

Procurador Heron Carlos Gomes de Oliveira

DIRETORIA GERAL DE SECRETARIA

Elizabeth Maria Klippel Amancio Pereira
Diretora Geral de Secretaria

No cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo construiu seu referencial estratégico estabelecendo negócio, missão, visão de futuro e valores institucionais, para a busca de resultados mais efetivos para a sociedade capixaba.

MISSÃO

**ORIENTAR E CONTROLAR A GESTÃO DOS
RECURSOS PÚBLICOS EM BENEFÍCIO
DA SOCIEDADE**

**NEGÓCIO
CONTROLE EXTERNO**



VISÃO

**SER INSTITUIÇÃO DE
EXCELÊNCIA NA
ORIENTAÇÃO E NO
CONTROLE DA GESTÃO
DOS RECURSOS PÚBLICOS
ATÉ 2015**

VALORES

**PROFISSIONALISMO
EQUIDADE
ÉTICA E TRANSPARÊNCIA
EXCELÊNCIA DE DESEMPENHO
RESPONSABILIDADE SUSTENTÁVEL**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual, apresenta o seu Relatório Trimestral de Atividades, referente ao 2º trimestre de 2013.

Dentre as atividades realizadas pelo TCEES nesse 2º trimestre, podemos destacar:

- A realização do XV Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas (Sinaop), com o tema “Obra Pública – Compatibilizando qualidade, preço e prazo”, de 13 a 17 de maio, em Vitória.
- A publicação do novo Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, no Diário Oficial do dia 7 de junho (Resolução TC nº 261). O documento disciplina o funcionamento das duas Câmaras, cria de um núcleo para análise de medidas cautelares, amplia a relatoria dos auditores substitutos, racionaliza as sustentações orais, dentre outros pontos.
- A realização da audiência pública para discutir a utilização de contratos de locação de ativos. Presidida pelo conselheiro Rodrigo Chamoun, a audiência reuniu estudiosos do Direito do Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro.

Sempre tendo em vista a excelência no desempenho de suas obrigações, com foco na sua missão e visão, o TCEES executou importantes ações no 2º trimestre de 2013, com o objetivo de aprimorar a sua atuação enquanto órgão fiscalizador e orientador, contemplando ações plenamente efetivas e consoantes aos anseios sociais.

Este relatório apresenta os principais resultados da atuação do TCEES, tanto na área do controle da gestão pública, quanto na área administrativa. As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pelo Núcleo de Planejamento e Projetos – NPP, a partir dos dados enviados pelas respectivas unidades.

Vitória, 20 de agosto de 2013

Conselheiro **Sebastião Carlos Ranna de Macedo**
Presidente

1	COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA DO TCEES	7
2	AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE	8
3	ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	9
3.1	<i>PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE</i>	9
3.2	<i>AÇÕES DO PLENÁRIO</i>	10
3.3	<i>AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO</i>	15
3.4	<i>COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS</i>	18
4	ATIVIDADES DE GESTÃO	19
4.1	<i>GESTÃO DE PESSOAS</i>	19
4.2	<i>GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</i>	22
4.3	<i>SERVIÇOS GERAIS</i>	23
4.4	<i>GESTÃO DOCUMENTAL</i>	23
4.5	<i>COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL</i>	24
4.6	<i>TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</i>	25
4.7	<i>CONTROLE INTERNO</i>	26
4.8	<i>GESTÃO DA ESTRATÉGIA</i>	27
5	MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS	28
6	CORREGEDORIA	29
7	OUVIDORIA	30
	ANEXOS	32

1 COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA DO TCEES

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), criado por meio da Lei nº 1.287/1957, tem a missão constitucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621/2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, quatro auditores, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

2 AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE

SOCIEDADE

- ✓ Realização do Seminário GEO-Obras.
- ✓ Realização do I Seminário Regional de Gestão Pública Municipal – Parceria TCEES/ AMUNES – Polos: Venda Nova do Imigrante, Linhares, Cachoeiro de Itapemirim, Piúma e Nova Venécia.
- ✓ Campanha Páscoa Solidária - arrecadou mais de 200 unidades de ovos de chocolate para doação a instituições de apoio social às crianças. Foram seis instituições beneficiadas nos municípios de Vitória, Serra e Cariacica. Além disso, os chocolates também foram presenteados aos funcionários terceirizados do TCE – limpeza e segurança.
- ✓ Criação do grupo de teatro Fazendo as Contas, mais um instrumento institucional de cultura e educação, oferecendo mais qualidade de vida para os servidores.
- ✓ Realização da audiência pública para debater um novo modelo de contratação denominada locação de ativos precedida de direito real de uso de área pública, no dia 10 de junho. Presidida pelo conselheiro Rodrigo Chamoun, a audiência reuniu estudiosos do Direito do Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. Três expositores – Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Oscar Dias Barbosa e Gesner Oliveira – apresentaram tese favorável ao modelo de contratação. O engenheiro Maurício Faria Dame Manzano, servidor do TCEES, expôs sua opinião contrária ao modelo.

GESTÃO ESTRATÉGICA ORIENTADA A PROJETOS

- ✓ Inicialização do projeto “Coleta Seletiva”.
- ✓ Inicialização do projeto “Saúde do Servidor”.
- ✓ Finalização do projeto “Reformular o relatório de atividades do TCEES”.

APRIMORAMENTO DA ESTRUTURA FÍSICA

- ✓ Adequação do espaço físico e do ambiente de trabalho do TCEES.
- ✓ Adequação do mobiliário às normas técnicas e ergonômicas.

GESTÃO DE PESSOAS

- ✓ Participação no curso “Como implantar gestão por competências utilizando os recursos da própria empresa”.

3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE

<i>Auditorias realizadas</i>	37
<i>Processos autuados no TCEES</i>	2.464
<i>Processos de pessoal do TCEES</i>	19
<i>Processos administrativos do TCEES</i>	87
<i>Processos de controle externo</i>	2.143
<i>Processos julgados ou apreciados conclusivamente</i>	1.035
<i>Atos de pessoal apreciados (sujeitos a registro)</i>	2.938
<i>Denúncias julgadas</i>	7
<i>Denúncias julgadas procedentes</i>	2
<i>Pareceres prévios em apreciação de contas: prefeitos municipais e governador</i>	7
<i>Acórdãos proferidos</i>	133
<i>Acórdãos em julgamento de contas: Assembleia, câmaras e demais entidades</i>	65
<i>Acórdãos com contas julgadas irregulares</i>	14
<i>Acórdãos em atos de gestão</i>	11
<i>Acórdãos em atos de gestão - julgados irregulares</i>	4
<i>Recursos julgados ou apreciados</i>	22
<i>Recursos com provimento negado</i>	6

3.2 AÇÕES DO PLENÁRIO

O Plenário é constituído por sete Conselheiros e dirigido pelo Conselheiro-Presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de resolução, parecer, parecer prévio, acórdão e decisão.

Sessões Plenárias	2º trim 2012	2º trim 2013
Sessões plenárias	25	24
Ordinária	22	23
Especial	2	-
Administrativa	1	1
Processos em pauta	1.513	1.864
Processos julgados ou apreciados de forma conclusiva	1.113	1.035
Chamamentos relativos a processos	876	1.291
Notificações	369	564
Citações	507	727

Atos do Plenário	2º trim 2012	2º trim 2013
Decisões	1.329	1.171
Acórdãos (*)	106	133
Pareceres prévios	16	10
Pareceres em consulta	1	6
Resoluções	9	4
Total	1.461	1.324

(*) Quantidade de acórdãos, mesmo que tenham mais de uma decisão.

Julgamento Conclusivo



Resultados dos Acórdãos	2º trim 2012	2º trim 2013
JULGAMENTO CONCLUSIVO	116	130
Atos de gestão – Executivos Municipais	2	11
Regular	1	1
Regular com ressalva	-	4
Irregular	-	4
Saneado	1	-
Outros	-	2
Prestação de Contas - Assembleia e Câmaras	10	19
Regular	7	14
Regular com ressalva	1	3
Irregular	1	2
Saneado	-	-
Outros	1	-
Prestação de Contas - Demais entidades	74	46
Regular	64	30
Regular com ressalva	6	10
Irregular	2	5
Saneado	1	-
Outros	1	1
Prestação de Contas - Convênio	2	-
Regular	-	-
Regular com ressalva	-	-
Irregular	1	-
Saneado	-	-
Outros	1	-
Denúncias	10	7
Procedente	2	2
Parcialmente procedente	1	1
Improcedente	5	-
Saneado	-	2
Outros	2	2
Recursos	4	19
Provimento	1	7
Provimento parcial	-	4
Negado provimento	-	5
Saneado	1	1
Outros	2	2
Representação	10	21
Procedente	2	6
Parcialmente procedente	2	4
Improcedente	4	5
Saneado	-	-
Outros	2	6
Outros assuntos	4	7
Regular	1	-
Irregular	2	3
Improcedente	-	-
Saneado	-	-

Resultados dos Acórdãos	2º trim 2012	2º trim 2013
Procedência	-	-
Regular com ressalva	1	-
Outros	-	4
JULGAMENTO NÃO CONCLUSIVO	5	3
Multa	5	3
Tornar insubsistente acórdão	-	-
Tornar sem efeito acórdão	-	-
Anular acórdão	-	-
Extinção da obrigação	-	-
Extinção sem julgamento de mérito	-	-
Outros	-	-
Total	121	133

Resultado das Decisões	2º trim 2012	2º trim 2013
Decisões conclusivas (Registro de pessoal)	990	889
Registro	990	889
Admissão	458	388
Aposentadoria	402	339
Pensão	73	56
Reforma	18	13
Transferência para reserva	39	34
Revisão de proventos	-	35
Retificação de ato	-	1
Reexame de decisão	-	23
Outras	-	-
Denegar registro	-	-
Demais decisões – não conclusivas	118	257
Deferir parcelamento	-	-
Arquivar	28	115
Revelia	20	12
Quitação	1	1
Consulta - não conhecer	1	3
Apurar em auditoria (especial, extraord. ou ordinária)	-	-
Devolver à origem	3	6
Dar ciência do Relatório de Gestão Fiscal	-	1
Notificar / citar por edital	2	4
Alerta	26	41
Notificar para contra-razões	-	-
Instaurar Tomada de Contas / Especial	-	9
Determinar / recomendar a suspensão do certame (Cautelar)	3	3
Denúncia – receber / apurar	4	-
Outras	30	62
Total	1.108	1.146

Resultados dos Pareceres Prévios	2º trim 2012	2º trim 2013
Prestação de Contas	14	7
Parecer pela aprovação	14	2
Parecer pela aprovação com ressalva	-	2
Parecer pela rejeição	-	2
Reformular parecer - aprovação	-	-
Reformular parecer - rejeição	-	-
Contas ilíquidáveis	-	-
Outros	-	1
Recursos	2	3
Negar provimento - aprovação	-	-
Negar provimento - rejeição	1	1
Provimento - reformular parecer - aprovação	1	1
Provimento - reformular parecer – aprovação com ressalva	-	1
Provimento - anular parecer	-	-
Provimento - reformular parecer - rejeição	-	-
Provimento parcial - rejeição	-	-
Provimento parcial - aprovação	-	-
Não conhecer	-	-
Negar seguimento - excluir atos de gestão -	-	-
Negar seguimento - reformular p/ excluir irregularidades - rejeição	-	-
Perda do objeto	-	-
Outros	-	-
Total	16	10

Parecer em Consulta		
Nº	Interessado	Ementa
0014	C. Muniz Freire (João Batista Ferreira)	Despesas relativas a bolsas de estágio integram o percentual de despesa com serviços de terceiros (Art. 72 da LRF) – Despesa não computada para cálculo do limite de gasto com pessoal.
0015	P. Alegre (Djalma da Silva Santos)	Possibilidade ou não de aplicação de recursos públicos no setor privado, em instituição de caráter filantrópico e sem finalidade lucrativa – possibilidade condicionada.
0016	P. Rio Bananal (Felismino Ardizzon)	Servidor efetivo - direito à obtenção de vantagens do quinquênio e decênio - impossibilidade de se cumular o subsídio do cargo de secretário municipal com as vantagens do cargo efetivo.
0017	P. Cachoeiro de Itapemirim (Carlos Roberto Casteghione Dias)	Acumulação de cargos - possibilidade condicionada à observância da regra do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal - carga horária de trabalho acumulada do servidor não pode ultrapassar 60 (sessenta) horas semanais.
0018	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Tomada de contas especial - artigo 5º da Instrução Normativa TC/ES-08/2008 - não há óbices à participação em comissão de tomada de contas especial de servidor efetivo que, em certo processo administrativo, tendo tomado ciência de dano ao erário, para o qual não tenha concorrido e de cuja apuração não tenha qualquer interesse, tenha sugerido a instauração do citado instrumento de apuração.
0019	C. Anchieta (Dalva da Matta Igreja)	Contratação de serviços técnicos, consultivos e operacionais na organização e realização de concurso público por meio de pregão - impossibilidade - necessidade de licitação do tipo técnica e preço, ressalvada a hipótese de dispensa de licitação nos termos do artigo 24, inciso XIII, da lei nº 8.666/93.

Resoluções		
Nº	Ementa	Data da publicação
258	Altera dispositivos da Resolução TC nº 221/2010.	08/05/2013
259	Altera prazos estabelecidos na Resolução TC nº 247/2012 alterada pela Resolução TC nº 256/2013.	22/05/2013
260	Modifica a Resolução TC nº 238, de 15 de maio 2012.	22/05/2013
261	Aprova o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	07/06/2013
Total		4

3.3 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

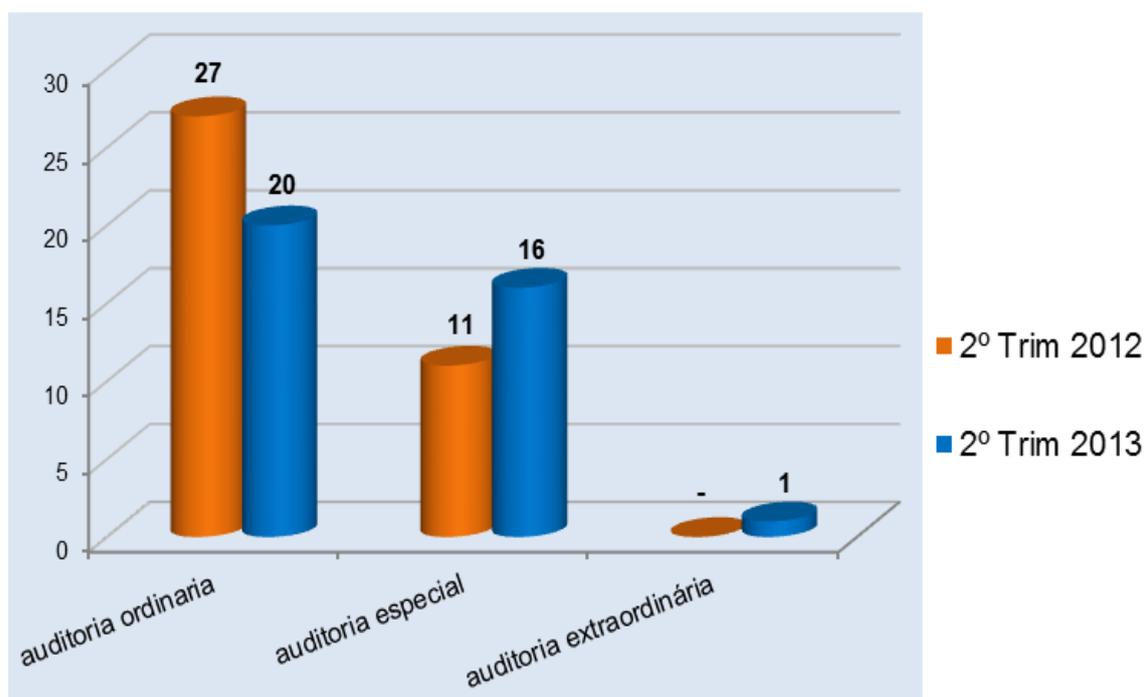
As auditorias de iniciativa externa (denúncias, representações etc) e de iniciativa interna, a serem realizadas pelo TCEES, estão discriminadas no seu Plano Anual de Fiscalização (PAF). O PAF é um instrumento de planejamento das ações de fiscalização do Tribunal de Contas, aprovado em Plenário.

O Plano Anual de Fiscalização 2013 apresenta diversas mudanças em relação ao Plano elaborado em 2012, destacadas abaixo:

- O Tribunal visitou todos os municípios em 2012. Em 2013 a prioridade será a execução de auditorias de iniciativa externa (denúncias e representações), as quais serão realizadas durante o 1º semestre de 2013;
- As auditorias de iniciativa própria ficarão restritas aos municípios com maior execução orçamentária, e a sua realização ocorrerá no período de julho a outubro de 2013;
- Serão elaborados planos de auditoria específicos para cada órgão, conforme a execução de despesa dos mesmos;
- O período de novembro a dezembro de 2013 será reservado para a realização de auditorias derivadas de representações ou denúncias, consideradas urgentes pelo Plenário e que não possam se submeter ao rito normal de inclusão na programação do próximo ano.

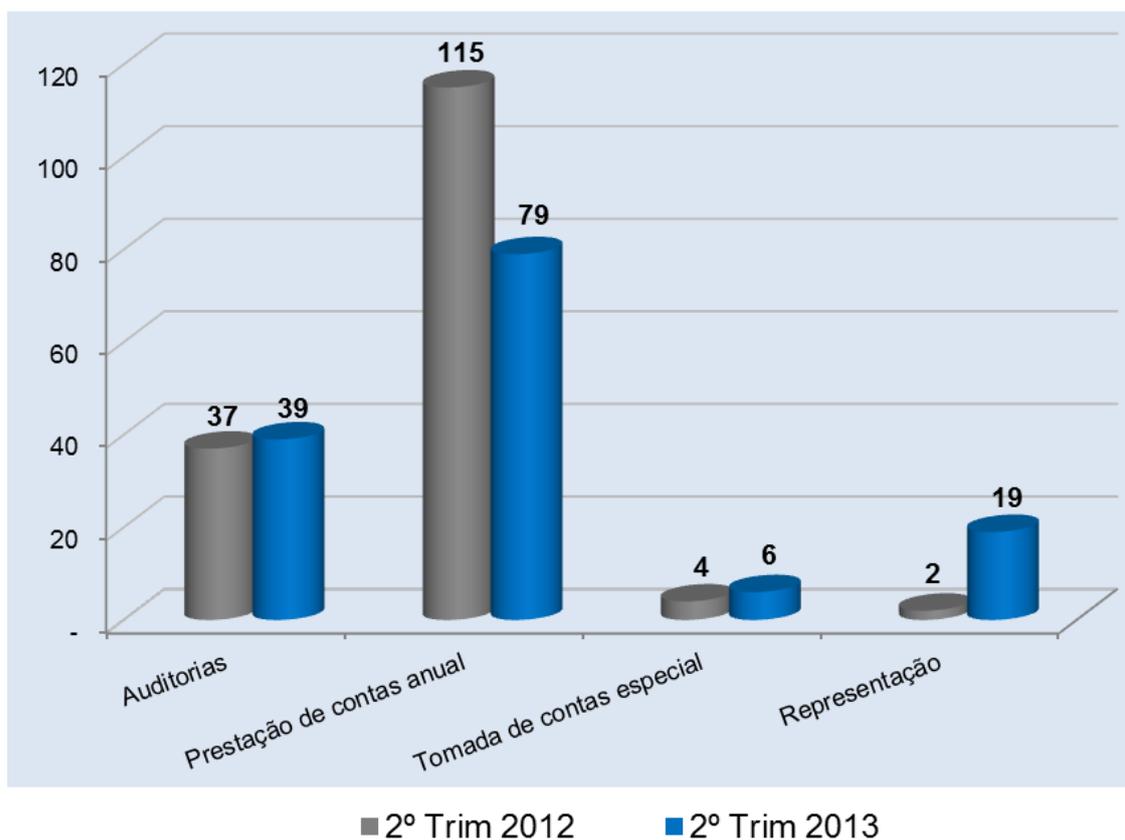
Portanto, a análise comparativa do volume de auditorias realizadas em 2013 em relação a 2012 deverá levar em conta os novos procedimentos estabelecidos no Plano Anual de Fiscalização 2013.

AUDITORIAS REALIZADAS¹



1 - O Plano Anual de Fiscalização 2013 (PAF 2013) apresenta diversas mudanças em relação ao Plano elaborado em 2012, conforme detalhado na página anterior.

INSTRUÇÕES TÉCNICAS INICIAIS CONCLUÍDAS



ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

	2º trim 2012	2º trim 2013
Prestações de contas bimestrais (PCB) ¹	93	61
Relatórios da LRF analisados ²	103	121
Relatórios técnicos contábeis (RTC)	146	99
Instruções preliminares em representações	98	52
Instruções técnicas conclusivas (ITC)	138	282
de auditorias	34	153
de prestação de contas anual (PCA)	104	57
de outros processos	-	72

1 - As PCBs dos jurisdicionados municipais são recebidas por meio magnético, via SISAUD, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.

2 - RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária e RGF-Relatório de Gestão Fiscal, arts. 52 a 54 LRF. Os relatórios dos jurisdicionados municipais são recebidos em meio magnético, via LRFWeb, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.

ANÁLISE DE PROCESSOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS

	2º trim 2012	2º trim 2013
Aposentadoria	1.326	1.106
Pensão	206	157
Admissão	463	1.614
Outros	2	61
Total	1.997	2.938

CONSULTAS E RECURSOS

	2º trim 2012	2º trim 2013
Despachos técnicos elaborados	6	3
Consultas pessoais atendidas	30	34
Consultas telefônicas atendidas	151	267
Instruções técnicas elaboradas	61	51
Consulta	5	23
Recurso	56	28
Casos especiais	-	-

MANIFESTAÇÕES TÉCNICAS

	2º trim 2012	2º trim 2013
Manifestações técnicas	10	69
Recursos de Reconsideração, Revisão, Embargos e Defesa Oral	4	4
Comunicação de Tomada de Contas (art. 4º e 12 da IN nº 08/2008)	6	1
Outros	-	64
Instruções preliminares em representação	98	122
Análise de Edital (representação/denúncia)	11	10
Informações/Manifestações Técnicas Diversas	84	109
Instruções preliminares em representação (medida cautelar)	3	3
Manifestação técnica de defesa	11	1
Instrução técnica de monitoramento fiscal	5	9
Instrução de pedidos de informação	180	125

3.4 COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS

Portaria N Nº	Comissão instituída	Data de publicação no DOE
13	Comissão para elaborar o projeto: <i>Implantar Ouvidoria do TCEES.</i>	15/04/13
17	Comissão para elaborar o projeto: <i>Indicadores estratégicos.</i>	29/04/13
18	Comissão técnica responsável pela realização da auditoria coordenada em ações de governo na área de educação em conjunto com o TCU e demais tribunais de contas do Brasil.	02/05/13
20	Comissão para elaborar o projeto: <i>Realizar o Congresso da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON.</i>	06/05/13
22	Comissão técnica responsável pela continuação do Programa de Desenvolvimento Profissional - PRODEP.	08/05/13
23	Comissão para elaborar o projeto: <i>Concurso público para analista administrativo.</i>	08/05/13
24	Comissão para elaborar o projeto: <i>Padrões de digitalização do acervo.</i>	09/05/13
26	Comissão para elaborar o projeto: <i>Coleta seletiva.</i>	06/06/13
27	Comissão para elaborar o projeto: <i>Saúde do servidor.</i>	17/06/13
28	Comissão técnica responsável pela finalização dos trabalhos iniciados pela equipe designada pela Portaria N nº 64/2012.	26/06/13

4.1 GESTÃO DE PESSOAS

O quadro geral de ocupação do TCEES está distribuído conforme tabelas abaixo:

Cargo	Ocupados	Disponíveis	Total
Conselheiro	7	-	7
Auditor	4	-	4
Procurador Especial de Contas	3	-	3
Cargos efetivos	269	21	290
Auditor de Controle Externo	235	-	235
Assistente Técnico	16	-	16
Auxiliar de Serviços	18	-	18
Analista Administrativo	-	21	21
Cargos de Gabinete	55	22	77
Cargos comissionados	186	6	192
Chefias	26	-	26
Assessoramento	160	6	166
TOTAL GERAL	524	49	573

Estabilizados	16
Efetivos do TCEES ocupando cargo comissionado	34
Efetivos de outros órgãos ocupando cargo comissionado	9

Estagiários	2º trim 2013
Nível superior	67
Nível médio	23

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Pessoas estão disponíveis no portal www.tce.es.gov.br, na sessão Transparência, Gestão de Pessoas.

GESTÃO DO CONHECIMENTO

Resultados da capacitação	2º trim 2012	2º trim 2013
Eventos	28	56
Eventos para servidores do TCEES	23	30
Interno (promovido pelo TCEES)	3	1
Externo (promovido por outras instituições)	7	15
Iniciativa do servidor	3	3
Outros eventos	10	11
Eventos para jurisdicionados TCEES	5	26
Pessoas capacitadas	363	1.225
Servidores e membros do TCEES	238	92
Jurisdicionados	125	1.133
Horas de capacitação	5.577	9.559
Servidores e membros do TCEES	3.944	1.007
Jurisdicionados	1.633	8.552

Destacamos alguns dos principais eventos realizados no 2º trimestre de 2013:

- ✓ Previdência do servidor público – 05/04/2013.
- ✓ Curso - Formação de pregoeiros - 13 a 17/05/2013 / 24 a 26/06/2013.
- ✓ Curso - Elaboração da planilha de composição de custos de preços da contratação de serviços contínuos - 27 a 28/05/2013.
- ✓ Gestão patrimonial – 02 a 05/04/2013.
- ✓ I Simpósio nacional sobre gestão, preservação e acesso aos documentos arquivísticos - 09/04/2013.
- ✓ 6º CONINTER Nacional – Congresso brasileiro de controle interno e externo - 17 a 19/04/2013.
- ✓ Treinamento do Banco Mundial sobre diretrizes de auditoria financeira da INTOSSAI (ISSAIs) - 23 a 24/04/2013.
- ✓ II Encontro dos municípios com desenv. sustentável e reunião com e reunião com comitê técnico do IRB - 24 a 25/04/2013.
- ✓ Treinamento em Alfresco Open Source Enterprise Content Management - 14 a 17/05/2013.
- ✓ XIII Congresso brasileiro de direito do estado - 22 a 24/05/2013.
- ✓ 11 Fórum brasileiro de contratação e gestão pública - 23 a 24/05/2013.
- ✓ Comunicação escrita e redação oficial - 10 a 11/06/2013.
- ✓ Como implantar gestão por competências utilizando os recursos da própria empresa - 20 a 21/06/2013.

- ✓ II Encontro nacional de auditores de tecnologia da informação- 06 a 07/06/2013.
- ✓ Encontro técnico nacional dos regimes próprios de previdência social - 27 a 28/06/2013.
- ✓ Reunião da ATRICON sobre o seminário dos tribunais de contas - 17 a 19/04/2013.
- ✓ Encontro controle externo em ação: RPPS e implementação da nova contabilidade pública - 08 a 10/05/2013.
- ✓ Reunião do grupo técnico de padronização contábil - 20 a 22/05/2013.
- ✓ Congresso comemorativo aos 30 anos do TCE-RO - 07/06/2013.
- ✓ Seminário GEO-OBRS – 12 a 13/06/2013.
- ✓ I Seminário regional de gestão pública municipal: Polo Venda Nova do Imigrante (15 a 18/04/2013), Polo Linhares (06 a 09/05/2013), Polo Cachoeiro de Itapemirim (03 a 06/06/2013), Polo Piúma (17 a 20/06/2013), Polo Nova Venécia (24 a 27/06/2013).
- ✓ Oficina: Sistema informatizado GEO-OBRS – Polo Venda Nova do Imigrante (17/04/2013), Polo Linhares (09/05/2013), Polo Cachoeiro de Itapemirim (05/06/2013), Polo Piúma (20/06/2013), Polo Nova Venécia (27/06/2013).
- ✓ Oficina: Controle interno – Principais aspectos – Polo Venda Nova do Imigrante (17/04/2013), Polo Linhares (09/05/2013), Polo Cachoeiro de Itapemirim (06/06/2013), Polo Piúma (20/06/2013), Polo Nova Venécia (27/06/2013).
- ✓ Oficina: Limites constitucionais e legais – Polo Venda Nova do Imigrante (17/04/2013), Polo Linhares (09/05/2013), Polo Cachoeiro de Itapemirim (06/06/2013), Polo Piúma (20/06/2013), Polo Nova Venécia (27/06/2013).
- ✓ Minicurso: Procedimentos das contratações públicas - Polo Venda Nova do Imigrante (18/04/2013), Polo Linhares (08/05/2013), Polo Cachoeiro de Itapemirim (05/06/2013), Polo Piúma (19/06/2013), Polo Nova Venécia (26/06/2013).
- ✓ Visitas técnicas: à Ouvidoria do TCE-MG (03 a 05/05/2013); à Ouvidoria Geral do Estado da Bahia e às Ouvidorias do TCE-BA e TCM-BA (19 a 21/06/2013); TCE-MS (23 a 24/05/2013); TCE-RJ e TCM-RJ (23 a 25/05/2013).

A capacitação também acontece por meio do acervo disponível na Biblioteca, que atualmente conta com 20.448 itens, disponível tanto para os seus servidores quanto para servidores de jurisdicionados e público externo em geral.

4.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento do TCEES para o exercício de 2013 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 125.722.200,00, sendo R\$ 125.692.200,00 em recursos ordinários de caixa do tesouro e R\$ 30.000,00 de recursos vinculados do tesouro referente a convênio com a União.

No decorrer do 2º trimestre foram feitos dois créditos suplementares, por superávit financeiro do TCEES, que totalizaram um acréscimo de R\$ 4.747.000,00 conforme Decreto nº 759-S, de 22/04/13 (DOE – 23/04/13), no valor de R\$ 3.064.000,00 e Decreto nº 1096-S, de 03/06/13 (DOE – 04/06/13), no valor de R\$ 1.683.000,00.

A dotação atualizada passou para R\$ 130.469.200,00. A distribuição segundo a natureza da despesa está indicada na tabela a seguir, com a posição em 30/06/13.

(valores em R\$)

Grupo de natureza da despesa	Dotação Inicial	Dotação atualizada ⁽¹⁾	Empenhado ⁽¹⁾	Liquidado ⁽¹⁾	Pago ⁽¹⁾
Despesas correntes	122.871.975,00	126.282.975,00	76.608.041,92	53.351.291,61	52.923.062,61
Pessoal	104.627.042,00	104.627.042,00	62.649.747,80	47.393.948,64	47.032.573,02
Pessoal - Ativo	84.550.658,00	84.550.658,00	62.649.747,80	47.393.948,64	47.032.573,02
Pessoal - Inativo ⁽²⁾	20.076.384,00	20.076.384,00	-	-	-
Outras despesas correntes (custeio)	18.244.933,00	21.655.933,00	13.958.294,12	5.957.342,97	5.890.489,59
Despesa de capital (investimento)	2.850.225,00	4.186.225,00	1.153.536,20	281.194,57	281.194,57
Total Geral	125.722.200,00	130.469.200,00	77.761.578,12	53.632.486,18	53.204.257,18
Total Disponível ⁽³⁾	105.645.816,00	110.392.816,00			

(1) Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

(2) Dotação orçamentária referente a contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência, bloqueada pela Secretaria de Estado da Economia e Planejamento, em atendimento ao art. 11 da Lei nº 9.979/13 (LOA).

(3) Desconsiderado, do total, o valor da despesa com pessoal inativo.

Informações mais detalhadas sobre as despesas realizadas estão disponíveis no portal www.tce.es.gov.br, na sessão Transparência, Execução Orçamentária e Financeira.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A apuração do limite de gasto com pessoal está resumida na tabela a seguir e detalhada no Relatório de Gestão Fiscal do TCEES, disponível no portal www.tce.es.gov.br.

(valores em R\$)

Descrição	maio/2011 a abril/2012	maio/2012 a abril/2013
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite – R\$	63.927.809,08	81.332.519,41
Receita Corrente Líquida – R\$	10.259.232.169,75	10.759.336.860,36
Limite apurado – %	0,623	0,756
Limite máximo – 1,300 %	133.370.018,21	139.871.379,18
Limite prudencial – 1,235 %	126.701.517,30	132.877.810,23
Limite de alerta – 1,170 %	120.033.016,39	125.884.241,27

4.3 SERVIÇOS GERAIS

Em março, iniciou-se a obra de manutenção do edifício sede do TCEES, considerado patrimônio público do estado. Essa obra, cuja previsão é de 360 dias, está sendo realizada nos três pavimentos da edificação principal do TCEES e contempla a recuperação estrutural das vigas, pilares e platibandas, pintura interna e externa, substituição de divisórias do pavimento térreo, recuperação do piso do pavimento térreo e reforma da cobertura. Tendo em vista a complexidade e o vulto dessa reforma, até esse trimestre, foi realizado 15% do total previsto para a obra.

4.4 GESTÃO DOCUMENTAL

Controle documental	2º trim 2012	2º trim 2013
Correspondências expedidas	3.151	3.207
Correspondências recebidas	4.630	4.601
Nº de processos arquivados	578	277
Nº de processos autuados	2.249	2.424
Processos de Pessoal do TCEES	19	2
Processos Administrativos do TCEES	87	103
Processos de Controle Externo	2.143	2.319

4.5 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional do TCEES tem como foco a promoção do intercâmbio de informações, dentro do Tribunal e entre o Órgão e a sociedade, de forma a viabilizar a construção e a manutenção da imagem corporativa.

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, de formas compreensíveis para servidores, jurisdicionados e cidadãos, visando a efetividade e a eficiência da comunicação.

Canais de comunicação externa	
Portal TCEES	Meio de divulgação de informações e serviços pela internet, por meio do endereço www.tce.es.gov.br .
Informativo Acontece	Boletim informativo com periodicidade bimestral, enviado para órgãos jurisdicionados, Tribunais de Contas, faculdades estaduais (curso de Direito e Administração), jornalistas, órgãos representantes dos Tribunais e servidores do TCEES.
Responsabilidade Social	Destaca-se o empréstimo do auditório, sendo essa atividade coordenada pela Escola de Contas Públicas (ECP), que é a Controladoria de Capacitação e Aperfeiçoamento do TCEES.

Canais de comunicação interna	
Intranet	Rede interna do TCEES, acessível exclusivamente aos servidores, que podem obter instantaneamente informações sobre o Tribunal de Contas, seu corpo funcional e eventos de capacitação.
Na Sessão	Informativo online, enviado semanalmente, por email, aos servidores do TCEES, com o resumo dos processos julgados/apreciados em Plenário.
Notícias no Ponto	Jornal mural semanal afixado em seis pontos estratégicos. Enfoca assuntos relacionados à saúde e bem-estar, à etiqueta social e profissional, à rotina corporativa e às características dos servidores.

Principais atividades de comunicação	2º trim 2012	2º trim 2013
Atendimentos a jornalistas	131	88
Jornalistas recebidos no TCEES	78	66
Releases enviados à imprensa	12	91
Exemplares do Informativo Acontece postados	1.400	2.000
Notícias inseridas no Portal TCEES	6	104
Notícias inseridas na Intranet	32	10
Campanhas internas realizadas	-	1
Campanhas solidárias realizadas	-	-

4.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As principais atividades da área de tecnologia de informação, no 2º trimestre, foram:

Evolução da Tecnologia da Informação	2º trim 2012	2º trim 2013
Estações de trabalho	440	590
Servidores com acesso à Internet	474	546
Auditorias com participação da área de informática	-	10
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	9	5
Sistemas em funcionamento	35	35
Desenvolvidos internamente	23	23
Adquiridos de terceiros	12	12

Dos sistemas em funcionamento que são desenvolvidos pelos técnicos do TCEES destacam-se os relacionados ao suporte para o controle externo.

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Sistema de suporte à auditoria - SISAUD	Sistema de suporte à auditoria contábil financeira nos órgãos municipais, englobando novo plano de contas e nova classificação funcional-programática.
Sistema de plano de número de auditoria	Sistema automatizado de geração de números de auditoria
Sistema LRF Web	Visa receber e tratar os dados referentes às informações sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal, na esfera municipal da administração pública, para fins de verificação dos pontos de controle relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal.
Sistema para Integração de Dados do LRF Web x Sisaud	Visa permitir o cruzamento dos dados obtidos através do sistema LRF Web com os dados do sistema Sisaud de forma que as divergências sejam utilizadas como pontos de auditoria.
Controle Informatizado de Dados do Espírito Santo - CIDADES-WEB	É um sistema de remessa por meio da Internet e processamento dos dados referentes à abertura do exercício.

4.7 CONTROLE INTERNO

O Núcleo de Controle Interno (NCI), instituído por meio da Resolução TC N.º 223/2010, é uma unidade vinculada diretamente à Presidência, a qual compete o planejamento, a coordenação e a execução das ações relacionadas ao controle interno do TCEES.

Nesse 2º trimestre podemos destacar como as principais ações do NCI:

- ✓ Acompanhamento e orientação dos trabalhos das unidades setoriais na elaboração dos sistemas administrativos previstos no plano de ação de implementação do Sistema de Controle Interno.
- ✓ Participação em Conselhos/Grupos de trabalho, conferências e treinamentos:
 - 8ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção do Estado do Espírito Santo.
 - Participação no XV Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas – SINAOP. Data: 13 a 17 de maio de 2013.
 - Palestras ministradas nos Seminários Regionais de Gestão Pública Municipal, realizados em Venda Nova do Imigrante, Linhares, Cachoeiro de Itapemirim, Piúma e Nova Venécia.
 - Participação do servidor Wanderlei Antonio Marinato como Instrutor no Curso de Formação de Pregoeiros, realizado em pela Escola de Serviço Público do Espírito Santo – Eresp, em Colatina.
- ✓ Participação em reuniões com os jurisdicionados para implantação dos sistemas de controle interno, previsto na Resolução TC 227/2011: Câmara de Itarana, Câmara de Marilândia, Prefeitura de Domingos Martins, Câmara de Linhares, Prefeitura de Pancas e Câmara de Pancas.
- ✓ Elaboração de Normas Internas e outros Atos Normativos.

4.8 GESTÃO DA ESTRATÉGIA

Tendo por base o Portfólio de Projetos 2012-2013 e a utilização do Software Channel, destacam-se abaixo, os projetos iniciados e encerrados no 2º trimestre de 2013.

Projetos iniciados no trimestre			
Mês	Projeto	Portaria	Descrição
Abril	Implantar Ouvidoria do TCEES	Portaria N n° 013/2013, DOE 15/04/13.	- Implantar a Ouvidoria do TCEES.
	Indicadores estratégicos	Portaria N n° 017/2013, DOE 29/04/13.	- Definir indicadores de desempenho para todos os objetivos do Plano Estratégico 2010-2015 do TCEES.
Maio	<i>Realizar o Congresso da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON</i>	Portaria N n° 020/2013, DOE 06/05/13.	- O projeto envolverá o planejamento (de todas as atividades, recursos materiais, humanos e patrocínios necessários) e a realização do Congresso da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON no período de 2 a 5 de dezembro de 2013., em Vitória - ES.
	<i>Concurso público para analista administrativo</i>	Portaria N n° 023/2013, DOE 08/05/13.	- Realizar concurso público de provas e títulos, por meio da contratação de instituição de notório reconhecimento nacional, para provimento dos cargos efetivos de Analista Administrativo.
	<i>Padrões de digitalização do acervo.</i>	Portaria N n° 024/2013, DOE 09/05/13.	- Estabelecer padrão e procedimentos para a futura digitalização do acervo do TCEES, que compreenderá as atividades de organização, avaliação, descrição, catalogação, tratamento de conservação, digitalização e acesso.
Junho	Coleta seletiva	Portaria N n° 026/2013, DOE 06/06/13.	- Instituir a coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis (papel, plástico, vidro e metal), bem como resíduos perigosos, dando uma destinação final adequada, sem causar danos ambientais.
	Saúde do servidor	Portaria N n° 027/2013, DOE 17/06/13.	- Realizar ações visando a melhoria da saúde dos servidores, auditores, procuradores e conselheiros do TCEES.

Projetos encerrados no trimestre			
Mês	Projeto	Data	Descrição
Junho	Reformular o relatório de atividades do TCEES	25/06/13	- Definir e propor um novo modelo de relatório de atividades, trimestral e anual, para o TCEES.

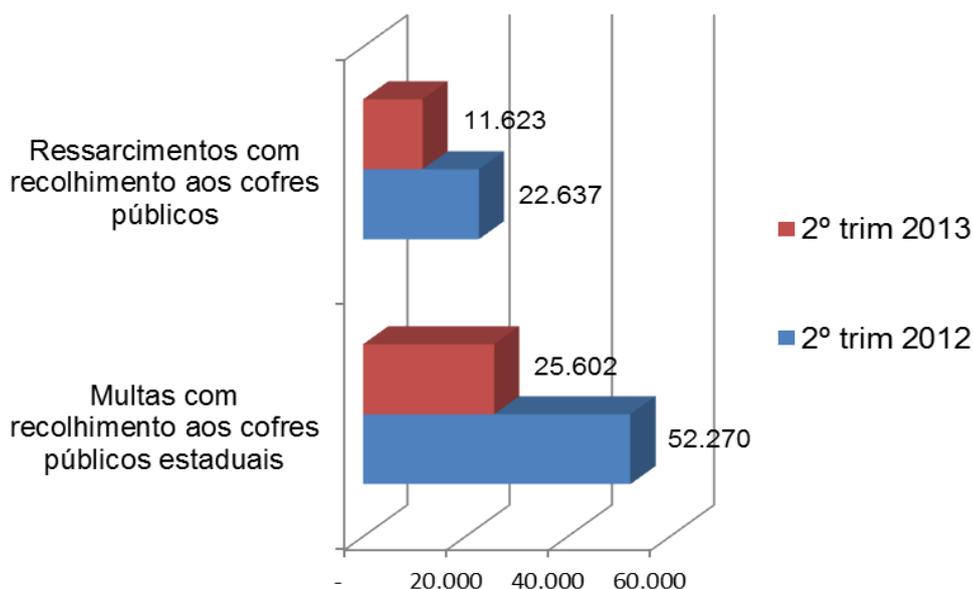
5 MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Atividades	2º trim 2012	2º trim 2013
Processos distribuídos	1.735	2.374
Pareceres emitidos	1.015	1.617
Termos de atualização de valores a cobrar	26	4
Termos de verificação de valores pagos	28	9
Novas cobranças cadastradas no sistema	26	4

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES	2º trim 2012	2º trim 2013
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais *	52.270,48	25.602,47
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos *	22.637,19	11.623,18
Total	74.907,67	37.225,65

* Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.



A Corregedoria do Tribunal de Contas, criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, tem como Corregedor o Conselheiro Domingos Augusto Taufner (biênio 2012/2013).

Em atendimento ao art. 22 do Regimento Interno desta Corte de Contas (aprovado pela Resolução TC Nº 261, de 04 de junho de 2013), a Corregedoria Geral procedeu ao processamento dos procedimentos disciplinares listados a seguir:

Nº Processo	Assunto	Entrada	Situação
3370/2008	Pessoal processo administrativo disciplinar	04/02/2011	Encaminhado ao GAP
3050/2011	Denúncia	25/05/2011	Encaminhado a Comissão PAD.
4067/2011	Representação	22/06/2011	Encaminhado ao GAP.
4612/2012	Encaminhamento	20/07/2012	Decisão pelo arquivamento.
5485/2012	Requerimento	16/08/2012	Em andamento na Corregedoria.
5486/2012	Fornecimento Informação	16/08/2012	Encaminhado a Comissão de PAD.
193/2012	Representação	13/01/2012	Em andamento na Corregedoria.
3951/2013	Processo administrativo disciplinar	15/04/2013	Decisão pelo arquivamento.
5158/2013	Pessoal sindicância	26/06/2013	Encaminhado a Comissão de Sindicância
122/2012	Representação	09/01/2012	Em andamento na Corregedoria
831/2012	Representação	07/02/2012	Em andamento na Corregedoria

A Ouvidoria do Tribunal de Contas, prevista no artigo 7º da Lei Complementar Estadual nº 621 (Lei Orgânica do TCEES), de 09 de março de 2012, tem como Ouvidor o Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun (biênio 2012/2013).

No 2º trimestre de 2013, a Ouvidoria do TCEES foi efetivamente implantada, recebendo espaço físico, com móveis e equipamentos adequados ao trabalho do setor. Foi, também, inserida no contexto dos diversos sistemas de informação que integram as atividades do Tribunal. No dia 17 de maio de 2013, a Ouvidoria começou a receber, registrar e responder as primeiras demandas - iniciando as suas atividades.

Com uma das funções mais importantes de um órgão público, a Ouvidoria é responsável por receber reclamações, notícias de irregularidades, sugestões, solicitações e elogios, não apenas de origem interna (proveniente de servidores/setores do próprio Tribunal), mas também dos órgãos e entidades jurisdicionados e demais cidadãos, promovendo o exercício do controle social.

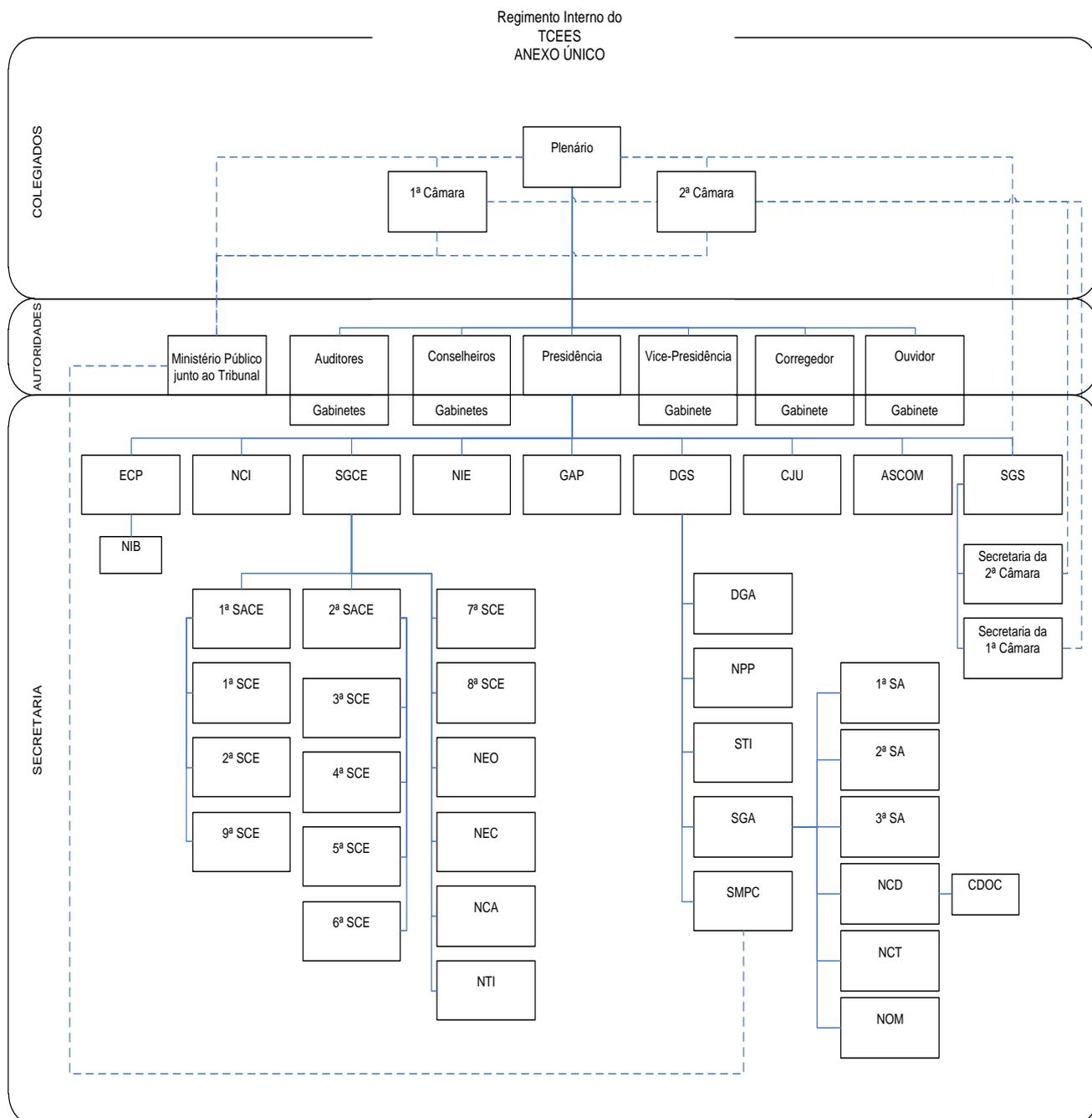
As demandas, que podem ser recebidas por telefone, e-mail, correspondência ou presencialmente, são previamente analisadas pela Ouvidoria para, posteriormente, serem encaminhadas ao setor competente para instruir com dados técnicos. Após obter as informações suficientes, uma resposta é enviada ao demandante, atendendo ao que foi pleiteado.

No mês de junho de 2013, dando continuidade aos trabalhos de implantação, a Comissão "Implantar a Ouvidoria do TCEES" realizou visita técnica no Estado da Bahia, a fim de conhecer o Sistema de Gestão de Ouvidorias – TAG, software específico para o registro e acompanhamento de demandas, cuja instalação no TCEES deverá ocorrer em setembro deste ano. Foram visitadas a Ouvidoria Geral do Estado (desenvolvedora do software) e as Ouvidorias dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios (parceiras utilizadoras do mesmo sistema).

Considerando o período de efetivo funcionamento da Ouvidoria (aproximadamente um mês e meio, neste 2º trimestre), mesmo sem uma ampla divulgação, foram recebidas

32 (trinta e duas) demandas entre reclamações, notícias de irregularidades, sugestões, solicitações e elogios. Número de demandas considerado superior ao esperado, denotando uma alta receptividade, como também, confiança no trabalho que começou a ser desenvolvido nesta Corte de Contas. Apesar de toda a dificuldade inicial encontrada, tendo em vista ainda não contar com o auxílio de um sistema informatizado (a ser implantado) e de uma Resolução normatizando as atividades do setor (em fase de construção), pode-se concluir que foi um bom início de atividades.

Estrutura Organizacional do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo



Nomenclatura/sigla das unidades

Descrição	Sigla
Escola de Contas Pública	ECP
Núcleo de Informações Bibliográficas	NIB
Núcleo de Controle Interno	NCI
Núcleo de Informações Estratégicas	NIE
Gabinete da Presidência	GAP
Diretoria Geral de Secretaria	DGS
Diretoria Geral Adjunta	DGA
Núcleo de Planejamento e Projetos	NPP
Secretaria de Tecnologia da Informação	STI
Secretaria Geral Administrativa	SGA
1ª Secretaria Administrativa	1ª SAD
2ª Secretaria Administrativa	2ª SAD
3ª Secretaria Administrativa	3ª SAD
Secretaria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	SMPC
Núcleo de Controle de Documentos	NCD
Centro de Documentação e Arquivo	CDOC
Núcleo de Contratações	NCT
Núcleo de Obras e Manutenção	NOM
Consultoria Jurídica	CJU
Assessoria de Comunicação	ASCOM
Secretaria Geral das Sessões	SGS
Secretaria Geral de Controle Externo	SGCE
1ª Secretaria Adjunta de Controle Externo	1ª SACE
2ª Secretaria Adjunta de Controle Externo	2ª SACE
1ª Secretaria de Controle Externo	1ª SCE
2ª Secretaria de Controle Externo	2ª SCE
3ª Secretaria de Controle Externo	3ª SCE
4ª Secretaria de Controle Externo	4ª SCE
5ª Secretaria de Controle Externo	5ª SCE
6ª Secretaria de Controle Externo	6ª SCE
7ª Secretaria de Controle Externo	7ª SCE
8ª Secretaria de Controle Externo	8ª SCE
9ª Secretaria de Controle Externo	9ª SCE
Núcleo de Engenharia e Obras Públicas	NEO
Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas	NEC
Núcleo de Cautelares	NCA
Núcleo de Tecnologia da Informação	NTI